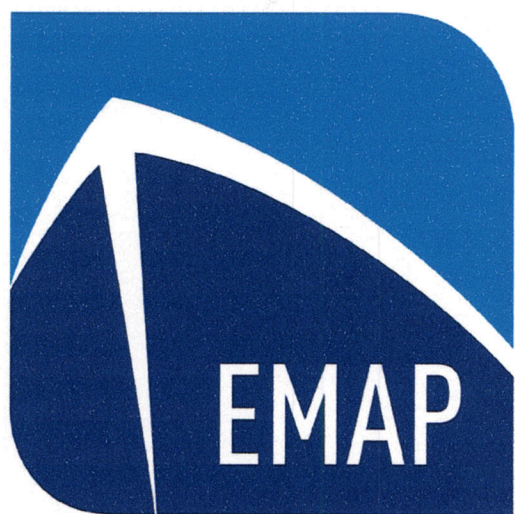


Empresa Maranhense de Administração

Portuária – EMAP



AUTORIDADE PORTUÁRIA

Demonstrações Financeiras

Dezembro de 2014

[Handwritten signatures]



Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014

Sumário

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas	8 - 23



Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	163.253	182.023	Fornecedores	13	204	5.467
Valores de Terceiros para Aplicação em Infraestrutura	9	802	26.947	Folha de pagamento e provisão de férias		3.870	2.273
Clientes Líquido de PCLD	10	7.021	2.306	Impostos e contribuições a recolher	14 a.	2.562	2.117
Almoxarifado		91	76	Impostos e cont. sobre o lucro a recolher	14 b.	706	533
Impostos e contribuições a recuperar	11 a.	15.416	15.245	Convênios a Comprovar	15	710	27.072
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	11 b.	27.059	35.638	Juros sobre capital próprio		10.761	9.753
Outras contas a receber		2.083	6.775	Provisão participação nos resultados		3.458	5.282
				Provisão para contingências	16	2.170	625
				Receita diferida	17	6.081	6.081
				Outras contas a pagar		1.504	916
Total do ativo circulante		215.725	269.010	Total do passivo circulante		32.026	60.119
Clientes Líquido de PCLD LP	10	568	6.396	Provisão para contingências	16	-	200
Imobilizado	12	472.104	417.548	Receita diferida	17	128.208	134.289
Intangível		19.709	8.635	Convênios a comprovar	15	323.762	296.638
Total do ativo não circulante		492.381	432.579	Total do passivo não circulante		451.970	431.127
				Patrimônio Líquido	18		
				Capital Social		213.938	190.422
				Reservas de lucro		10.172	19.921
				Lucro do período		-	-
				Total do patrimônio líquido		224.110	210.343
Total do Ativo		708.106	701.589	Total do Passivo		708.106	701.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Receita Líquida	4	120.231	124.761
Custos operacionais	5	(52.240)	(65.320)
Lucro bruto		67.991	59.441
Despesas Administrativas	6	(67.890)	(44.699)
Pessoal/Encargos e Benefícios		(28.351)	(25.645)
Despesas Gerais		(35.664)	(18.538)
Despesas com Materiais		(341)	(338)
Provisão para Contingências		(1.495)	(97)
Outras Despesas		(2.039)	(81)
Depreciação e Amortização		(3.629)	(3.988)
Resultado financeiro		11.671	10.680
Receitas Financeiras		23.302	20.506
Despesas Financeiras		(11.631)	(9.826)
Resultado antes dos Impostos		8.143	21.434
Impostos sobre o Lucro	7	(4.129)	(6.947)
(-) Provisão para Contribuição Social		(1.119)	(2.267)
(-) Provisão para IRPJ		(3.010)	(6.022)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		-	1.342
Lucro do período		4.014	14.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro do exercício	4.014	14.487
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>4.014</u>	<u>14.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	
Em 01 de janeiro de 2013	165.000	5.434	2.094	13.515	186.043
Incorporação de juros sobre capital próprio	9.813	-	-	-	9.813
Capitalização de reservas	15.609	-	(2.094)	(13.515)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	14.487
Constituição de reserva legal	-	724	-	-	(724)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.342	-	(1.342)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	12.421	(12.421)
Em 31 de dezembro de 2013	190.422	6.158	1.342	12.421	210.343
Em 31 de dezembro de 2014	213.938	6.359	-	3.813	224.110
Incorporação de juros sobre capital próprio	9.753	-	-	-	9.753
Capitalização de reservas	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.014
Constituição de reserva legal	-	201	-	-	(201)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	1.342	-	(1.342)	-	-
Constituição de reserva de lucros	12.421	-	-	(8.608)	(3.813)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	4.014	14.487
Imposto de renda	3.010	4.680
Contribuição social	1.119	2.267
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	8.143	21.434
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	3.629	3.988
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	72
Provisão de crédito de Liquidação duvidosa	-	9
Reversão de contingências	1.345	97
	4.974	4.166
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Clientes	1.113	1.871
Almoxarifado	(15)	(30)
Impostos e contribuições a recuperar	(171)	(2.166)
Impostos sobre o lucro a recuperar	8.555	11.113
Outros créditos a receber	4.692	(88)
	14.174	10.700
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(5.263)	(2.565)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	1.597	811
Impostos e contribuições a recolher	445	(549)
Tributos sobre o lucro	(3.932)	(6.827)
Juros sobre capital próprio	1.008	(60)
Participação nos lucros	(1.824)	1.576
Receita diferida	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	588	(6.021)
	(13.462)	(19.716)
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	13.829	16.584
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	13.829	16.584
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado Próprio	(30.815)	(42.420)
Aquisições no ativo imobilizado da União	(27.123)	(21.884)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(11.321)	(4.134)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(69.259)	(68.438)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capitalização de Juros sobre capital próprio	9.753	9.813
Captação de recursos da União	17.601	30.980
Devolução de recursos da União	(16.839)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	10.515	40.793
Disponibilidades aplicadas no período	(44.915)	(11.061)
Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	208.970	220.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	164.055	208.970
Varição nas disponibilidades	(44.915)	(11.061)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP . Porto do Itaqui . São Luís . Maranhão . Brasil
 Av. dos Portugueses s/nº . CEP 65085-370 . e-mail: comunicacao@emap.ma.gov.br . site: www.emap.ma.gov.br
 Tel.: 55 (0**98) 3216-6000 . Fax: 3222-4807 . CNPJ: 03.650.060/0001-48 . Insc. Est.: 12.180.031-8



Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	134.159	136.109
Receita de serviços prestados	102.706	117.750
Receita de arrendamento	31.316	18.225
Provisão para devedores duvidosos - Reversão/ (Constituição)	-	9
Outras receitas	137	125
Insumos adquiridos de terceiros	(76.399)	(72.123)
Custos dos serviços prestados	(36.860)	(53.060)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.539)	(19.063)
Valor adicionado bruto	57.759	63.986
Depreciação, amortização e exaustão	(3.629)	(3.988)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	54.130	59.998
Valor adicionado recebido em transferências	23.302	20.506
Receitas financeiras	23.302	20.506
Valor adicionado total a distribuir	77.432	80.504
Distribuição do valor adicionado	77.432	80.504
Pessoal	36.766	33.611
Remuneração direta	28.509	26.451
Benefícios	5.668	5.335
F.G.T.S.	2.589	1.825
Impostos, taxas e contribuições	25.022	22.580
Federais	20.995	17.671
Municipais	4.027	4.909
Remuneração de capitais de terceiros	869	73
Despesas financeiras	869	73
Remuneração de capitais próprios	14.776	24.240
Juros sobre capital próprio	10.762	9.753
Lucros do período	4.014	14.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Informações sobre a Empresa

Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, constituída como Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

A EMAP exerce a atividade de Autoridade Portuária do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cajupe, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.630, de 25 de Fevereiro de 1993, modificada pela Lei Federal nº 12.815, de 05 de junho de 2013, em harmonia com as diretrizes do governo federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.



2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações relevantes em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de Serviços

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

Receita de aluguel

Receita de aluguel, é resultante de arrendamentos de bens próprios, destinados para investimentos, é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos registrados em contrato. O valor é composto de uma parcela fixa (outorga fixa) e de uma parcela variável (outorga variável)

2.3. Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.



Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.5. Imobilizado

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;
- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;



Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas cumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas são anuais, calculadas pró-rata mensalmente, como segue:

Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.



2.6. Arrendamentos de Bens

A caracterização de um contrato como arrendamento de bens está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.



2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é provável que possa ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de



inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevantes no valor contábil dos ativos e passivos no exercício financeiro seguinte.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

4. Receita Líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta	134.159	136.100
Tarifas/Serviços	102.706	117.750
Arrendamento	25.235	12.144
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Outras Receitas	137	125
Deduções da receita	(13.927)	(11.339)
Impostos Faturados	(13.927)	(11.339)
Receita Líquida	120.231	124.761



5. Custos Operacionais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custos com Pessoal	15.380	12.260
Custos com Infraestrutura Portuária	9.083	17.768
Custos Gerais	24.237	32.678
Custos com Materiais	1.349	709
Custos com Serviços Essenciais	1.832	1.650
Outros Custos	359	255
Total	<u>52.240</u>	<u>65.320</u>

6. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal/encargos e benefícios	28.351	25.645
Despesas gerais	35.083	17.958
Materiais	341	338
Serviços essenciais	581	581
Provisão de contingências	1.495	97
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	1.944	-
Outras despesas não recorrentes	95	81
Total	<u>67.890</u>	<u>44.699</u>

7. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está resumida a seguir:

Demonstração do resultado	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesas de contribuição social corrente	1.119	2.267
Despesa de imposto de renda Corrente	3.010	6.022
Receita Subvenção - inventivo fiscal SUDENE	-	(1.342)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	<u>4.129</u>	<u>6.947</u>



A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do impostos	4.014	4.014	21.434	21.434
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	1.004	361	5.358	1.929
Adições:				
Comemorações	71	71	182	182
Contribuições Socioculturais e Patrocínios	2.700	2.700	3.465	3.465
Multas por infrações	26	26	10	10
Provisões p/ Contingências	1.495	1.495	97	97
	4.292	4.292	3.754	3.754
Exclusões:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Base do imposto adicional	-	-	-	-
	-	-	-	-
IRPJ e CSLL	3.085	1.119	6.273	2.267
Incentivo PAT	(75)	-	(251)	-
Contribuições Socioculturais Lei Rouanet	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	3.010	1.119	6.022	2.267
(+) IRPJ Subvenção Governamental	-	-	(1.342)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	3.010	1.119	4.680	2.267
Alíquota efetiva	75%	28%	22%	11%

8. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	31/12/2014	31/12/2013
Numerários Disponíveis	243	695
Aplicações financeiras	163.010	181.328
Total	163.253	182.023



As aplicações financeiras próprias são investimentos em Fundo de Investimento em Renda Fixa e em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) que variam de 100% a 101%, e estão disponíveis para utilização nas operações da EMAP.

9. Valores de terceiros para aplicação em infraestrutura

Quanto às aplicações de terceiros referem-se a recursos da União recebidos através de convênios e/ou termos de compromisso para construção de obras. Estes recursos são aplicados em caderneta de poupança, conforme art. 20 da Instrução Normativa STN Nº 01/1997.

Os valores são utilizados estritamente para pagamento de obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

10. Clientes

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	7.023	11.683	3.704	16.564
PCLD (*)	(2)	(11.114)	(1.398)	(10.168)
Total	7.021	568	2.306	6.396

(*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

11. Impostos a recuperar

a. Impostos e contribuições a recuperar



	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
INSS	1	30
ISS	12	41
PIS	2.746	2.571
COFINS	12.646	11.845
Outros impostos	11	758
Total	<u>15.416</u>	<u>15.245</u>

b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ	24.799	34.397
CSLL	2.261	1.241
Total	<u>27.060</u>	<u>35.638</u>

12. Imobilizado

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bens Imóveis	19.791	21.002
Bens Móveis	14.223	15.458
Bens Móveis Convênio	253	253
Obras em Andamento (a)	437.837	380.835
Total Imobilizado	<u>472.104</u>	<u>417.548</u>

- a. A Empresa mantém investimentos em obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Este investimento representa aproximadamente 9% do seu imobilizado. Os investimentos relativos a construção do berço 100 e recuperação dos berços 101 e 102 estão aguardando encerramento formal dos convênios com a aprovação da prestação de contas conforme os respectivos prazos de vigência, veja nota 15.



A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo	51.460	935	52.395
Depreciação	(14.747)	(3.381)	(18.128)
Total	36.713	(2.446)	34.267
Recursos próprios	83.719	29.878	113.597
Recursos de Terceiros	297.117	27.123	324.240
Em andamento	380.836	57.001	437.837
Total	417.549	54.555	472.104

13. Fornecedores

<u>Fornecedores</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	146	988
VIVO S/A	16	1
Telemar - Norte Leste S/A	15	15
Intechne Tecnologia da Informação	5	5
Outros fornecedores	22	4.458
Total	204	5.467

14. Impostos a recolher

a. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ISS	721	866
INSS	1.178	953
FGTS	157	123
PIS	49	-
COFINS	228	-
Outros	229	175
Total	2.562	2.117



b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ / CSLL	-	-
IRRF	706	533
Total	706	533

15. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repassse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	À utilizar
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	16.496	256.011	- 704
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89 -
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486 -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	47.950	2.643	50.593	- -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/04/2014	e.	-	31.325	31.325	17.193	31	17.218	- 7
Total		27.304	391.579	418.883	354.977	26.908	340.600	40.575 711

(*) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. Convênio Nº DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014. Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em abril de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 7.328 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos - SEP
- b. Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006. Obras contempladas: Posto Vigiagro; Prédio Centro de Negócios. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos - SEP



- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.
Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos - SEP
- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos - SEP
- e. **Termo de Compromisso SEP/04/2014** – Tem por objetivo a conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 24/06/2014 a 24/06/2015. Em julho de 2014 foi recebida a primeira parcela do repasse no valor R\$ 9.730 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos - SEPr

16. Provisão para contingências

	31/12/2014	
	Circulante	Não circulante
Civil	1.970	-
Trabalhista	200	-
Total	2.170	-

17. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento operacional para a construção do Terminal de Grãos do Maranhão com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LD Commodities Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., cuja receita está sendo diferida de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.



Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2014.

	Oportunidade de negócios	Downpayment	Total
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	121.727	6.481	128.208
Total	127.500	6.789	134.289

18. Patrimônio Líquido

O capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 213.938.000,00 (2013: R\$190.422.405,66) dividido em 213.938.000 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00. Tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

a. Reserva de Lucro – Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 6.359 em 31 de dezembro de 2014 (2013: R\$6.158).

b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal

Em 17 de dezembro de 2014, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo n.º 0210/2014 que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de modernização da infraestrutura com, fruição para o período de 2014 à 2023.



Conforme determina a legislação vigente, a Empresa terá direito ao gozo desse benefício somente depois que o mesmo seja reconhecido pela unidade da Secretaria da Receita Federal a estiver jurisdicionada; o chefe da unidade da decidirá em cento e vinte dias contatos da apresentação do requerimento à repartição fiscal competente.

No § 2º, Art. 2º da IN SRF 267/2002 estabelece que: "expirado o prazo, sem que a requerente tenha sido notificada da decisão contrária ao pedido e enquanto não sobrevier decisão irrecorrível, considerar-se-á a interessada automaticamente em pleno gozo da redução pretendida, a partir da data de expiração do prazo".

No caso da homologação pela Receita Federal seja reconhecido o direito de gozo do Benefício Fiscal, conforme estabelecido no Anexo I do Laudo Constitutivo da SUDENE – Período de Fruição ano calendário 01/01/2014 a 31/12/2023, serão feitos os devidos ajustes no Balanço de 2014, calculando-se o valor do Incentivo Fiscal conforme norma da CVM, deliberação nº 555 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita.

* * * * *

Luiz Carlos Fossati
Presidente

Jaqueline Lobão
Diretora de Administração e Finanças

Jadson Mendes Miranda
Coordenador de Contabilidade
CRC/MA 006540/O-1